

Pobres ganharão alimentos

São Paulo — Um programa de distribuição gratuita de 1 milhão de toneladas de farinhas de trigo e de mandioca e arroz à população carente poderá ser anunciado na próxima semana pelo governo federal. Estudo sobre a distribuição desses alimentos encomendado ao ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, está pronto e será entregue ao presidente José Sarney nos próximos dias.

A informação foi divulgada em São Paulo pelo ministro, que disse ser preocupação do presidente aproveitar o excepcional da safra agrícola deste ano, excepcional, da ordem de 65 milhões de toneladas de grãos. "O presidente acha um absurdo que num país onde há fartura de alimentos a população passe necessidade", observou Teixeira.

Do total a ser distribuído através de 18 associações comunitárias espalhadas pelo país, 600 mil toneladas são de farinha de trigo, 120 mil toneladas de farinha de mandioca e 300 mil toneladas de arroz. Teixeira calcula que esses alimentos tenham um preço médio de 100 dólares a tonelada, o que perfaz mais de 100 milhões de dólares pelos três gêneros.

— Pelo menos se aproveita os alimentos que estão sobrando, já que o governo não encontra armazéns para es-

tocar — disse o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, que ontem participou junto com o diretor do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos), Walter Barelli, de um encontro com Aníbal Teixeira. No encontro, o ministro "ouviu os pontos de vista dos trabalhadores sobre a situação nacional", explicou Meneguelli.

O Ministério do Planejamento está elaborando um projeto econômico de médio e longo prazos a pedido do presidente Sarney e, para tanto, está ouvindo lideranças empresariais e dos trabalhadores. Ontem, antes de conversar com representantes da CUT e do Dieese, Teixeira esteve na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), onde ouviu os empresários.

O ministro informou que o projeto previa 470 horas de discussão com empresários, trabalhadores e outros representantes de setores sociais organizados. Agora, esse número está reduzido a 150 horas. O presidente Sarney, onde havia dado o prazo de 90 dias para a elaboração do plano, agora o quer "no máximo em 30 dias". O plano prevê uma taxa média de crescimento de 7% durante os próximos cinco anos.